



**ILUSTRÍSSIMA SENHORA PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE
CURZ MACHADO - PR.**

WM GARDEN SERVIÇOS DE JARDINAGEM LTDA ME.,
pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº
13.960.759/0001-68., com sede na Rua **ICARAIMA**, 65,
FAZENDINHA, Curitiba, CEP: **81.320-060**, vem,
respeitosamente perante Vossa Excelência, por meio do seu
representante ao final assinado, apresentar **RECURSO**, nos
termos do artigo 4º inciso XVIII da Lei 10.520/02, o que o faz
pelas razões de fato e de direito que doravante passa a expor:

**1. DOS FATOS. PREGÃO PRESENCIAL 67/2017.
RECURSO ADMINISTRATIVO. CLASSIFICAÇÃO
DA EMPRESA ECOSAMAS SERVIÇOS LTDA ME:**

A empresa **ECOSAMAS SERVIÇOS LTDA ME** sagrou-se vencedora do **PREGÃO PRESENCIAL 67/2017**, promovido pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ MACHADO** destina-se a selecionar proposta(s) para **contratação de empresa para execução de serviços de varrição manual de vias e logradouros públicos; limpeza de próprios públicos; raspagem manual, roçada mecânica de praças e pintura de guias de vias e logradouros públicos; limpeza de praças e jardins, desta municipalidade, pelo período de 12 (doze) meses.**

Da classificação da Recorrida, a concorrente **WM GARDEM SERVIÇOS DE JARDINAGEM LTDA ME**, alega, respectivamente, que a empresa **ECOSAMAS SERVIÇOS LTDA ME** apresentou planilha de composição de custos com itens faltantes e necessários perante o sindicato. Não apresentou validade na proposta de preços. Não cumpriu com um item do edital de onde pede o alvará compatível com o ramo de atividade.





2 DO RECURSO:

2.1 Planilha de Composição de Custos

Pois bem. A referida apresentou planilha de composição de custos com a falta de itens importantes e necessários para o cumprimento do termo de referência Anexo I do edital. A empresa **ECOSAMAS SERVIÇOS LTDA ME** apresentou **planilha sonegando custos obrigatórios da Convecção Coletiva de Trabalho**, item de Insalubridade para o Auxiliar de Serviços Gerais exigido pela Prefeitura e pelo edital Item 4 - CONSERVAÇÃO DE MOBILIÁRIO E INSTALAÇÕES SANITÁRIAS PÚBLICAS e 4.1 Compreendem-se por mobiliário objeto desta proposta os bancos instalados nas praças que estão previstas no item jardinagem, **banheiro público** e ATI (Academia da Terceira Idade) instalados na Praça Papa PIO XII. Entendesse que os trabalhadores que manuseiam lixo e realizam limpeza de banheiros públicos em ambientes com grande fluxo de pessoas devem ser equiparados aos empregados que coletam resíduos urbanos.

Apresentou planilha também sem um item importante a saúde dos funcionários, custeio de assistência médica, exigido pelo Sindicato da categoria SIEMACO e acolhido pela Prefeitura de Cruz Machado como referência deste edital. Vejamos o que diz a CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2017/2019 NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: PR000093/2017 DATA DE REGISTRO NO MTE: 12/01/2017, AUXÍLIO SAÚDE CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ASSISTÊNCIA MÉDICA: As empresas pagarão para o custeio da Assistência Médica de seus empregados o valor de R\$ 53,00 (cinquenta e três reais), por empregado que labore na região, responsabilizando-se os institutos a prestar assistência constituída por consultas médicas, seja por seu departamento médico, seja por convênio.

Na planilha apresentada não foi cotado Motorista, sendo que no Município de Cruz Machado não tem linha de ônibus para locomoção, a Prefeitura Municipal pensando nisso solicitou um veículo para deslocamento da equipe de trabalho. O encarregado pode assumir esta função desde que seu salário seja ajustado conforme sua categoria. Não foi o caso, na planilha consta somente o encarregado com o salário do Sindicato Siemaco, se ele acumular outra função o salário deve ser maior conforme Convenção Coletiva de outro Sindicato.

2.2 Proposta sem validade.

A empresa **ECOSAMAS SERVIÇOS LTDA ME** não apresentou em sua proposta de preços a data de validade, sendo exigida conforme Letra D) da Proposta de Preços que fala: Prazo de validade da Proposta de Preços, que deverá ser de, no mínimo, 60 (sessenta) dias e será contado a partir da data do protocolo/entrega do invólucro





contendo a Proposta de Preços ao Licitador, sendo que para a contagem do prazo excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento. O prazo de validade das propostas ficará suspenso no caso de recurso administrativo ou judicial interposto na presente licitação, até o prazo máximo de 30 (trinta) dias. **O prazo de validade da proposta deverá constar expressamente na proposta de preços sob pena de desclassificação se não conter tal dado.**

Além dos atos administrativos serem dotados de presunção de legitimidade e veracidade, ressaltamos que o risco maior corre a Administração Pública em submeter aos certames públicos, licitações pessoas que não demonstram atender quando necessário as regras estabelecidas pela Administração Pública e, quiçá, quando da celebração dos seus contratos.

Desclassificar a proposta que deixou de incluir o prazo de validade, por violação ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

2.3 Alvará de Funcionamento

A empresa **ECOSAMAS SERVIÇOS LTDA ME** apresentou alvará de funcionamento que não contempla o exigido no item do edital **6.4. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E DEMAIS DOCUMENTOS: 6.4.1. Alvará de Funcionamento** como prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, **pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;**

O alvará é um documento ou declaração governamental que autoriza alguém a praticar determinado atoⁱ. Para o assunto que abordaremos se trata de uma licença concedida pela Prefeitura, o qual permite a localização e o funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais, agrícolas, prestadores de serviços, bem como de sociedades, instituições, e associações de qualquer natureza, vinculadas a pessoas físicas ou jurídicas. Ante exposto, podemos concluir que a devida operação, de qualquer estabelecimento, precede de autorização do município, que ocorre através do alvará de funcionamento. Toda a organização estatal está disciplinada através do ordenamento jurídico, é o Poder Legislativo responsável por criar regras e disciplinas, não sendo diferente para o procedimento licitatório. O exercício da função administrativa não pode ser pautado pela vontade da Administração ou dos agentes públicos, mas deve obrigatoriamente respeitar a vontade da lei. Aliás, constitui regra constitucional que “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”ⁱⁱ.





3. DOS REQUERIMENTOS FINAIS:

Diante do todo exposto, constata-se que o recurso apresentado pela Recorrente, solicita a revisão da Planilha de composição de custos apresentada, revisão da proposta de preços e do Alvará de Funcionamento. Desta comissão que **HABILITOU E DECLAROU VENCEDORA** a empresa **ECOSAMAS SERVIÇOS LTDA ME**, de acordo com a data apresentada na licitação, nos termos da legislação aplicável à espécie com efeito para que seja anulada a decisão em apreço, na parte atacada neste, declarando-se a empresa **ECOSAMAS SERVIÇOS LTDA ME**, inabilitada para prosseguir no pleito.

Outrossim, lastreada nas razões recursais, requer-se que essa Comissão de Licitação reconsidere sua decisão e, na hipótese não esperada disso não ocorrer, faça este subir, devidamente informado, à autoridade superior, em conformidade com o § 4º, do art. 109, da Lei nº 8666/93, observando-se ainda o disposto no § 3º do mesmo artigo.

Termos em que, pede deferimento.

Curitiba, 23 junho de 2017.

Maycon Robert dos Santos

MAYCON ROBERT DOS SANTOS
RG: 7.749.862-1
SÓCIO ADMINISTRADOR

**WM GARDEN SERVIÇOS
DE JARDINAGEM LTDA.**
CNPJ: 13.960.759/0001-68